



21 A 23/11/2024 - UNIPAMPA E IFSUL BAGÉ

## Ações de Educação Ambiental: visões profissionais e realidades institucionais

Carlos A. S. dos Santos Filho<sup>1</sup> (PG)\*, Morgana Welke<sup>1</sup> (PG). \* [carlos.asdsf@gmail.com](mailto:carlos.asdsf@gmail.com)

<sup>1</sup> R. do Comércio, 3000 - Universitário, Ijuí - RS, 98700-000.

*Palavras-Chave: Mobilização Comunitária, Ações Institucionais, Sustentabilidade.*

**Área Temática:** Educação Ambiental

**RESUMO:** Este estudo buscou investigar como diferentes profissionais compreendem as ações de Educação Ambiental (EA) nas instituições em que atuam. Para isso, no âmbito de uma disciplina de um Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, foi realizada uma pesquisa utilizando um questionário semiestruturado na plataforma Google Formulários. Os alunos da disciplina foram orientados a compartilhar o questionário com outros quatro profissionais, sendo eles da educação básica, superior ou profissionais liberais. Nesta investigação, a Análise Textual Discursiva serviu de fonte metodológica e analítica para compreendermos “o que é isso que se mostra sobre o entendimento de diferentes profissionais em relação às ações de educação ambiental nas instituições em que trabalham?”. As categorias finais apontam para a EA no contexto institucional, que se apresenta de forma teórica, integrando-se ao currículo escolar e a ações esporádicas, e a EA comunitária, que se destaca pela mobilização e capacitação da comunidade em práticas de sustentabilidade, promovendo uma conscientização coletiva e participação ativa.

## INTRODUÇÃO

A crescente consciência sobre os desafios socioambientais globais tem impulsionado uma reflexão crítica sobre as práticas educacionais voltadas para a sustentabilidade. No âmbito das instituições educativas e além delas, a Educação Ambiental (EA) emerge como um processo que visa promover mudanças na percepção e na ação das pessoas em relação ao meio ambiente (Sauvé, 2005; Dias, Salgado, 2023). Neste contexto, conforme destacado por Sorrentino, Trajber, Mendonça e Ferraro Junior (2005), a EA não se restringe apenas ao âmbito educacional, mas é também reconhecida como uma política pública importante para enfrentar os dilemas ambientais contemporâneos.

A Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de EA no Brasil, reforça a necessidade de incorporação da EA em todos os níveis de ensino e em instituições públicas e privadas. Essa legislação estabelece diretrizes claras para a promoção da educação ambiental, enfatizando seu papel na formação de uma consciência crítica e na capacitação para ações ambientalmente responsáveis (Brasil, 1999). Essa visão ampla ressalta a definição de EA como um processo educativo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio em que vivem e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – na resolução dos problemas ambientais presentes e futuros (Carvalho, 2004).

Apoio

Página | 1



21 A 23/11/2024 - UNIPAMPA E IFSUL BAGÉ

Partindo da premissa que a EA é uma prática fundamental para promover a conscientização e a responsabilidade ecológica nas instituições, a presente pesquisa tem como objetivo investigar como diferentes profissionais compreendem as ações de EA nas instituições em que atuam. Entende-se que compreender as percepções de profissionais sobre as ações de EA dentro das instituições é importante em diferentes dimensões, pois a maneira como essas ações são compreendidas por educadores, gestores e demais profissionais pode ter um impacto significativo na cultura organizacional, fomentando valores de sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Além disso, essa compreensão permite identificar desafios e oportunidades específicas para aprimorar as estratégias de EA, ao mesmo tempo em que evidencia diferentes graus de engajamento e comprometimento tanto dos profissionais quanto da própria instituição (Slaviero; Antunez; Bianchi; Pansera-de-Araújo, 2022). Portanto, esse conhecimento é essencial para impulsionar e validar práticas educativas eficazes.

Para fundamentar a análise das ações de EA, este trabalho se apoia em contribuições teóricas significativas no campo da EA, como as propostas por Carvalho (2004), Sauvé (2016), e Ferreira (2022), entre outros pesquisadores que destacam a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora voltada para o desenvolvimento sustentável. Carvalho (2004) argumenta que a EA deve ir além da simples conscientização, promovendo uma reflexão profunda sobre as relações entre sociedade e ambiente. Sauvé (2005) propõe uma cartografia das correntes da EA, enfatizando a importância de práticas educativas que capacitem os indivíduos a agir de maneira responsável e transformadora frente aos desafios ambientais contemporâneos. Da mesma forma, Ferreira (2022) discute a relevância da EA na construção de uma cidadania ambiental consciente e engajada, promovendo a sustentabilidade como um valor fundamental na educação e na prática social.

Portanto, ao considerar a relevância das teorias discutidas e a necessidade de compreender as percepções e práticas de EA nas instituições, esta pesquisa se propõe a responder à seguinte pergunta: “O que é isso que se mostra sobre o entendimento de diferentes profissionais em relação às ações de EA nas instituições em que trabalham?”.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa faz parte de uma das atividades de um componente curricular de um Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências, que aborda a EA em instituições educacionais. A proposta da atividade era realizar um questionário semiestruturado desenvolvido pelas professoras da disciplina, utilizando a plataforma Google Forms, com o objetivo de explorar a percepção de profissionais de várias instituições pelo Brasil sobre ações de EA, sustentabilidade ambiental e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Apoio

Página | 2



21 A 23/11/2024 - UNIPAMPA E IFSUL BAGÉ

Vale salientar que, a seleção dos participantes foi realizada de maneira não sistemática e intencional, sem critérios específicos pré-estabelecidos, em que cada estudante matriculado na disciplina encaminhou o questionário para outros quatro participantes (professores da educação básica, superior ou profissionais liberais), totalizando 37 respondentes, sendo eles de três estados diferentes: Rio Grande do Sul, Maranhão e Mato Grosso. As respostas do questionário foram coletadas durante o mês de maio de 2024 e organizadas em uma planilha. O questionário incluiu 16 questões, sendo 6 para caracterização do perfil profissional dos participantes e 10 relacionadas à EA.

O corpus da presente pesquisa é composto pelas respostas da seguinte questão presente no questionário: “Na instituição em que atua, existem ações de Educação Ambiental na integração com a comunidade? Comente”. Para analisar o material empírico que originou-se das respostas, foi utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD), que é um processo auto-organizado de construção de compreensão, onde novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos (unitarização), estabelecimento de relações entre os elementos unitários (categorização) e comunicação da nova compreensão emergente (Moraes; Galiazzi, 2007).

Vale salientar ainda que a ATD baseia-se na leitura dos textos a serem examinados de maneira qualitativa, os quais são considerados um conjunto de significantes. Cabe ao pesquisador atribuir significados a esses textos, com base em seus conhecimentos e teorias, com o objetivo de fazer emergir e comunicar novos sentidos e significados (Moraes; Galiazzi, 2007). A seguir, serão apresentados os resultados obtidos a partir dessa análise.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreender o contexto da pesquisa, é fundamental descrever o perfil dos 37 participantes que responderam ao questionário, sendo 29 do sexo feminino e 8 do sexo masculino. Boa parte dos respondentes (18/37) encontrava-se na faixa etária de 36 a 45 anos de idade, 10 dos 37 na faixa de 46 a 65 e o restante (9/37) possuía menos de 36 anos. Quanto ao campo de atuação, 27 dos 37 participantes atuam na rede básica de ensino, 8/37 na educação superior, enquanto 2 participantes atuam em outras áreas (farmácia e laboratório de análise de leite), ou seja, quase todos os participantes entrevistados trabalham em instituições educativas.

Em relação ao tempo de atuação na instituição, a maioria dos participantes (21/37) atuam em suas profissões há mais de 10 anos. Esse dado sugere que esses profissionais possuem um conhecimento consolidado sobre as dinâmicas internas das instituições e são potencialmente capazes de identificar e descrever com maior detalhe as iniciativas de EA em vigor. Além disso, a distribuição dos participantes por diferentes áreas de atuação, contribui para uma análise abrangente das abordagens e perspectivas variadas em relação à EA. Isso pode revelar tanto a diversidade de



21 A 23/11/2024 - UNIPAMPA E IFSUL BAGÉ

iniciativas quanto a necessidade de fortalecer as práticas ambientais dentro das instituições.

Quanto à percepção dos participantes sobre a presença e a integração de ações de EA nas instituições em que atuam. Dos 37 participantes entrevistados, 7 participantes responderam de forma negativa quanto à existência de tais ações na integração com a comunidade. As respostas coletadas variaram entre "No momento não", "Não possui", e respostas diretas negativas como "Não, o tema não é muito abordado enquanto política pública de estado nas escolas".

Essas respostas refletem um cenário onde a EA ainda não está amplamente integrada às práticas institucionais, sugerindo um baixo engajamento e/ou conscientização sobre sua importância estratégica e os benefícios associados à implementação de políticas ambientais robustas. Sorrentino, Trajber, Mendonça e Ferraro Junior (2005) ressaltam que a implementação deficiente das iniciativas de EA pode espelhar um contexto em que há falta de suporte institucional adequado, comprometendo assim a efetividade dessas práticas educacionais.

A predominância de respostas negativas indica também possíveis desafios na implementação de ações de EA, incluindo falta de recursos, capacitação inadequada e priorização insuficiente por parte das instituições. Carvalho (2004) argumenta que esses desafios refletem uma lacuna na conscientização sobre os benefícios estratégicos da EA, bem como na necessidade de políticas claras que promovam sua incorporação efetiva no cotidiano educacional. Esses resultados reforçam a urgência de sensibilização contínua e desenvolvimento de capacidades institucionais, conforme discutido por Sauvé (2016), visando fortalecer o compromisso institucional com a sustentabilidade ambiental e promover mudanças significativas na percep o e na prática em rela o ao meio ambiente.

Quanto ao processo de ATD, a unitariza o das 30 respostas restantes deu origem a 41 unidades de significado (US), cada unidade está codificada com a sigla US acompanhada de dois algarismos que seguem a ordem crescente de contagem (US01, US02, S03...). Após um intenso processo de leituras e releituras das US, as aproxima es entre elas trouxeram   luz quatro categorias iniciais e duas categorias intermediárias/finais, que estão descritas a seguir:

## CATEGORIAS FINAIS E METATEXTO

### EA INSTITUCIONAL E PRÁTICAS INTERNAS: ABORDAGENS TEÓRICAS E IMPLEMENTA OES LOCAIS

Esta categoria tem origem na união de três categorias iniciais, a saber, "EA no campo das disciplinas/abordagem teórica", "EA desenvolvida em a es pontuais" e "EA em a es práticas no âmbito da institui o".   composta por 28 US e une as a es de EA desenvolvidas exclusivamente no campo da sala de aula e através de a es pontuais dentro das institui es. Nessa categoria a EA   abordada principalmente de forma teórica, integrando a temática ambiental   prática pedagógica



21 A 23/11/2024 - UNIPAMPA E IFSUL BAGÉ

através de disciplinas específicas e discussões institucionais. Como visto nas unidades a seguir:

US10: "Existem ações que são desenvolvidas teoricamente dentro do processo de ensino/aprendizagem das disciplinas em que a Educação Ambiental é uma temática que faz parte do currículo escolar."

US36: "Há palestras e conversas com os alunos."

US11: "A instituição realiza esporadicamente algumas ações de Educação Ambiental."

A US10 indica que a EA está integrada ao currículo escolar, mas parece limitar-se ao nível teórico. Sorrentino, Trajber, Mendonça e Ferraro Junior (2005) ressaltam a importância de ações práticas e efetivas que promovam a participação ativa dos alunos e a aplicação dos conhecimentos adquiridos. A implementação teórica da EA, embora importante, pode não ser suficiente para causar um impacto significativo nas atitudes e comportamentos dos estudantes em relação ao meio ambiente. Sauvé (2005) também destaca a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora da EA que vá além da sala de aula e envolva a comunidade.

Já o excerto da US36 mostra que a instituição promove atividades esporádicas, como palestras e conversas, para abordar temas de EA. Segundo Carvalho (2004), embora essas ações sejam valiosas, é crucial que a EA seja contínua e sistemática, integrando-se ao cotidiano escolar e não apenas em eventos isolados. Sorrentino, Trajber, Mendonça e Ferraro Junior (2005) também enfatizam a importância de estratégias contínuas e abrangentes que promovam o desenvolvimento sustentável e a consciência ecológica de forma mais profunda e duradoura.

A resposta da US11 também indica que as ações de EA são realizadas esporadicamente, o que pode refletir uma falta de sistematização e continuidade. Conforme apontado por Sorrentino, Trajber, Mendonça e Ferraro Junior (2005), a implementação eficaz da EA requer um compromisso institucional contínuo e políticas bem definidas. A realização esporádica de ações pode limitar o impacto da EA, tornando difícil a promoção de uma mudança de comportamento e a construção de uma cultura de sustentabilidade ambiental. Ferreira (2022) também argumenta que a EA deve ser integrada de maneira consistente nas práticas institucionais para promover a cidadania ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Desse modo, as iniciativas de EA, embora pontuais e episódicas, são implementadas dentro do contexto institucional, refletindo um esforço para educar e sensibilizar os alunos sobre questões ambientais. Contudo, essas ações permanecem restritas ao ambiente escolar e não se estendem à comunidade externa, limitando-se a atingir diretamente apenas quem está dentro da instituição.

## EA INSTITUCIONAL E PRÁTICAS INTERNAS: ABORDAGENS TEÓRICAS E IMPLEMENTAÇÕES LOCAIS

A segunda categoria final resulta de apenas uma categoria inicial, a saber, "EA como forma de conscientização em ações desenvolvidas com a comunidade".



21 A 23/11/2024 - UNIPAMPA E IFSUL BAGÉ

Essa categoria abrange um total de 13 US e demonstra um esforço coordenado para utilizar a EA como um instrumento eficaz para conscientizar e capacitar a comunidade em práticas que promovem a sustentabilidade ambiental. As iniciativas descritas abrangem desde ações diretas de conscientização até programas educacionais mais estruturados, refletindo um compromisso com a mudança de comportamento e a promoção de uma consciência ambiental mais ampla na sociedade.

Tais fenômenos observados nessa categoria vão ao encontro de uma perspectiva crítica da educação ambiental, onde esses atributos podem ser vistos como marcas e desejos coletivos, compartilhados socialmente e não apenas individualmente. Certos grupos sociais desejam incorporar esses atributos na prática educacional, qualificando-a dentro de um conjunto específico de crenças e valores, orientando assim a educação (Carvalho, 2004). As US apresentadas na caracterização dessa categoria relacionam esses aspectos em seu conteúdo:

*US31: Na última instituição em que atuei, existia o projeto "Ligadinhos na Natureza". O principal objetivo deste projeto era integrar a Educação Ambiental com os estudantes e suas famílias, promovendo atividades que incentivam a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade, como campanhas de reciclagem e reaproveitamento de óleo.*

*US12: Para integrar a comunidade nessas ações, algumas estratégias têm sido adotadas, tais como: Realização de eventos abertos à comunidade, Palestras educativas, Campanhas de conscientização sobre temas específicos.*

*US25: atuo em uma ONG de Educação Ambiental são várias as ações que ela realiza: Fórum da Agenda 21, hortas comunitárias em parcerias também com igrejas, cursos de hortas, grupos de artesanato, cursos de PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais).*

*US2: buscamos na empresa diminuir o uso de antibiótico para tratamento no leite, então essa orientação aos produtores auxilia na diminuição de resíduos e contaminação do meio ambiente.*

A US31 e a US12 destacam a importância da integração da comunidade nas iniciativas de EA. O projeto "Ligadinhos na Natureza" exemplifica uma abordagem prática que envolve não apenas os estudantes, mas também suas famílias, realizando atividades como campanhas de reciclagem e reaproveitamento de óleo. De maneira similar, as estratégias mencionadas pela US12, como eventos comunitários e campanhas de conscientização, são fundamentais para o alcance das ações de EA.

Sorrentino, Trajber, Mendonça e Ferraro Junior (2005) enfatizam que a EA deve ir além do ambiente escolar e envolver a comunidade em suas diversas ações. Esta visão é corroborada por Sauvé (2005), que defende que a integra o da comunidade não apenas fortalece os laços sociais, mas também amplia o alcance e o impacto das iniciativas ambientais. Além disso, Carvalho (2004) e Ferreira (2022) argumentam que a EA deve incorporar práticas e políticas que promovam o desenvolvimento sustentável e a cidadania ambiental de forma abrangente. Desse modo, a realiza o de eventos abertos   comunidade, palestras educativas e campanhas de conscientiza o são estratégias eficazes para engajar a comunidade e promover uma cultura de sustentabilidade ambiental.

Já a US25 aborda a diversidade de a oes promovidas pelo trabalho de uma institui o que exemplifica uma aplica o prática e multifacetada da EA, alinhada com



21 A 23/11/2024 - UNIPAMPA E IFSUL BAGÉ

as recomendações de Ferreira (2022), que sublinha a importância de múltiplas abordagens para fomentar a consciência ambiental. Sorrentino, Trajber, Mendonça e Ferraro Junior (2005) também defendem a implementação de estratégias variadas e participativas, como hortas comunitárias e fóruns, que incentivem a sustentabilidade e o envolvimento da comunidade de maneira integrada.

Por fim, a US2 mostra uma iniciativa de EA no contexto empresarial, centrada na redução de impactos ambientais negativos. Segundo Sorrentino, Trajber, Mendonça e Ferraro Junior (2005), a EA não se limita ao ambiente educacional formal e deve ser incorporada em todas as esferas da sociedade, incluindo o setor empresarial. A orientação para reduzir o uso de antibióticos reflete uma ação prática que contribui para a sustentabilidade ambiental, alinhando-se com as práticas recomendadas por Sauvé (2005), que defende abordagens educativas que promovam a responsabilidade ambiental em todos os setores.

Em vista do que foi analisado, as diversas abordagens observadas nesta categoria não apenas buscam educar dentro do contexto da institui o, mas também inspirar a oes concretas em prol do meio ambiente, refletindo um esforço coletivo para promover uma mudança positiva e sustentável na comunidade e além dela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa, que teve como objetivo investigar como diferentes profissionais compreendem as a oes de EA nas institui es em que atuam, evidenciam que a EA nas institui es ainda enfrenta significativos desafios para sua plena implementa o e integra o, tanto no âmbito interno quanto na intera o com a comunidade. A análise revelou que, embora existam esforços e iniciativas esporádicas voltadas para a EA, muitas institui es ainda não incorporaram de forma sistemática e contínua práticas de sustentabilidade e conscientiza o ambiental.

A predominância de respostas negativas sobre a existência de a oes de EA integradas com a comunidade aponta para uma lacuna na promo o de uma cultura ambiental abrangente e participativa, e também obstáculos que comprometem a efetividade das iniciativas educacionais voltadas para a sustentabilidade.

A ATD destacou fen menos sobre a percep o e a implementa o da EA ao responder a pergunta: "O que   isso que se mostra sobre o entendimento de diferentes profissionais em rela o às a oes de educa o ambiental nas institui es em que trabalham?". As categorias identificadas com base nas respostas dos profissionais que participaram, destacam tanto as práticas internas restritas ao ambiente escolar quanto às a oes comunitárias que buscam mobilizar a conscientiza o coletiva.   evidente que, para promover uma transforma o efetiva,   necessário que a EA v  além da teoria e das atividades pontuais, envolvendo de maneira contínua e sistemática todos os membros da comunidade escolar e externa.

Sendo assim, o presente estudo reforça a importância de políticas públicas robustas e de suporte institucional adequado para fomentar a EA como uma prática educativa permanente e integrada. A constru o de uma cidadania ambiental



21 A 23/11/2024 - UNIPAMPA E IFSUL BAGÉ

consciente e engajada exige um compromisso coletivo e intersetorial, capaz de promover mudanças significativas nas percepções e atitudes em relação ao meio ambiente.

Desse modo, a pesquisa destaca a urgência de uma sensibilização contínua e o desenvolvimento de capacidades institucionais para fortalecer o compromisso com a sustentabilidade ambiental. É essencial que educadores, gestores e demais profissionais estejam engajados e capacitados para implementar estratégias de EA que promovam uma cultura organizacional voltada para a sustentabilidade, contribuindo para a construção de sociedades/comunidades mais justas e ambientalmente responsáveis.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9795&ano=1999&ato=b90QTQE9keNpWTc45>. Acesso em: 2 jul. 2024.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: Layrargues, P. P. (Org.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. 1º Ed. Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 13-24. [http://www.bvambientebf.uerj.br/arquivos/edu\\_ambiental/popups/praticas.htm](http://www.bvambientebf.uerj.br/arquivos/edu_ambiental/popups/praticas.htm)

DIAS, Genebaldo Freire; SALGADO, Sebastião. **Educação ambiental, princípios e práticas**. Editora Gaia, 2023.

FERREIRA, Roberta Alves da Silva. A Importância da Educação Ambiental Para a Busca da Sustentabilidade e Construção da Cidadania. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 12, p. 297-313, 2022. <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/506>

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. Tradução Ernani Rosa. In: SATO, Michele; CARVALHO, Isabel. (orgs.). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. 1º Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4586522/mod\\_resource/content/1/sauve%20correntes%20EA.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4586522/mod_resource/content/1/sauve%20correntes%20EA.pdf)

SAUVÉ, Lucie. Viver juntos em nossa Terra: Desafios contemporâneos da educação ambiental. **Revista Contrapontos- Eletrônica**, v. 16, n. 2, Itajaí, mai- ago 2016. <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/8697>

SLAVIERO, André; ANTUNEZ, Bruno Fernandes; BIANCHI, Vidica; PANSERA-DE-ARAÚJO, Maria Cristina. Educação Ambiental na visão de professores: Caminhos e



21 A 23/11/2024 - UNIPAMPA E IFSUL BAGÉ

reflexões. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 1, p. 198-210, 2022. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/12649>

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 02, p. 287-299, 2005. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v31n02/v31n02a10.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2024.

Apoio



Página | 9